



**MOÇÃO APROVADA NA REUNIÃO DE PROFESSORES CONTRATADOS E DESEMPREGADOS  
25 DE MARÇO DE 2009**

**Professores reivindicam direito à estabilidade de emprego face à exclusão de professores com habilitação própria do concurso nacional e à abertura de vagas em número insuficiente para permitir a integração nos quadros**

O concurso nacional de docentes, que está a decorrer, agrava profundamente a situação profissional dos docentes.

- 1 - Pela primeira vez, os docentes de habilitação própria ficarão impossibilitados de concorrer.
- 2 - Muitos milhares de professores contratados, alguns com muitos anos de serviço que têm suprido as necessidades permanentes do sistema, continuarão em situação precária, uma vez que o reduzido número de vagas não permitirá o acesso aos QA, perpetuando a sua já longa precariedade.
  - Na sequência da divulgação do aviso de abertura e de uma análise das vagas postas a concurso, torna-se evidente que se irá agravar a instabilidade dos docentes já que muitos milhares não conseguirão lugar nos Quadros de Agrupamento.

Neste contexto e perante a gravidade da situação, consideramos **necessário e urgente:**

- realizar uma ampla divulgação desta situação junto dos diversos órgãos de soberania, dos grupos parlamentares e dos órgãos de comunicação social;
  - exigir que o ME abra o número de vagas consentâneas com as reais necessidades das escolas a fim de garantir a estabilidade do corpo docente, nomeadamente dos QZP e dos muitos professores contratados que têm servido o sistema nos últimos anos;
  - que o Governo abandone a política que vem seguindo conducente a reduzir o número de postos de trabalho anulando e restringindo o exercício de funções nas escolas, de que é exemplo o sucedido com as funções de coordenação pedagógica colocadas na componente não lectiva dos horários, do que resulta, em grande parte, a perspectiva de desemprego que se apresenta aos contratados.
- considerando o reduzido número de vagas, implicando a perpetuação da sua situação precária, ou mesmo, na maioria dos casos, o desemprego.

Assim:

- O Governo deverá assumir o compromisso de aplicar regras de integração nos quadros dos trabalhadores que contrata, como, aliás, é obrigatório em outros sectores laborais.
- De forma a que estas medidas se concretizem e que se dignifique os docentes criando condições de estabilidade, propõe a Frente de Trabalho dos Professores Contratados e Desempregados do SPGL, a realização de:

- 1) Pedido de audiência à SEE de forma a:
  - A) Apresentar as propostas/reivindicações no que respeita a concursos e estabilidade de emprego;
  - B) Obter a garantia que os professores com menos de 6 anos de serviço tenham a possibilidade de aceder à profissionalização e manterem-se a concursos;
  - C) Obter a garantia de integração nos quadros dos docentes contratados de longa duração;
  - D) Obter a garantia da vinculação dinâmica dos docentes de acordo com a Lei Geral de Trabalho.
- 2) Manutenção e alargamento dos contactos estabelecidos com os Grupos Parlamentares e órgãos de Comunicação Social de forma a divulgar as reivindicações apresentadas.
- 3) Realização, quando da saída das listas de colocação, de uma reunião de forma a que se proceda à análise das mesmas, seguida de divulgação pública, sob a forma de Conferência de Imprensa e uma acção de rua.
  - Participação de uma delegação de professores contratados na manifestação da Interjovem/CGTP-IN comemorativa do dia Mundial da Juventude.
- 4) Tendo em consideração que muitos dos ataques aos professores e educadores são comuns aos que este governo tem feito a todos os trabalhadores, nomeadamente aos do sector público, os professores presentes, reforçam o apelo à direcção do SPGL, que reforce a convergência de luta com estes sectores, podendo mesmo por passar por greves conjuntas de 2/3 dias;

O Plenário de Professores Contratados e Desempregados do SPGL